

O LUGAR DO INTERDISCURSO NA INTERAÇÃO COM O LEITOR

Lívia Marinho Lessa Barboza (UERJ)

liviamarinho@tjrj.jus.br

Um texto é emitido para que alguém o atualize mesmo quando não se espera que esse alguém exista concreta e empiricamente. (Humberto Eco)

Ao estudar as relações dialógicas entre os discursos do emissor (voz aural) e a do receptor (leitor) é impossível, segundo Bakhtin (1979), desvencilhá-los como se fossem autônomos entre si.

Partindo-se da concepção de que o texto é lugar de interação de sujeitos sociais que nele se constituem, é possível perceber que os recursos linguísticos que são empregados na organização e construção de um texto não devem ser vistos como meros recursos formais ou escolhas feitas apenas para “harmonizar” um texto, ao contrário, como escolhas conscientes que revelam comprometimento e um acordo tácito entre escritor e leitor.

Não temos a pretensão de desprezar as convenções textuais típicas de cada comunidade discursiva resultantes de estratégias textuais próprias, seja por seu conteúdo temático e pelo seu estilo de linguagem, mas enfatizar a escolha de elaboração do conteúdo ou ainda a seleção dos recursos lexicais pode favorecer a interação comunicativa no ato da leitura.

Antes é imprescindível o comentário de que o texto é um evento de construção coletiva no qual participam do processo composicional o autor/leitor e o leitor/autor e que segundo Koch, 2007 é

A leitura é, pois, uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza evidentemente com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes no interior do evento comunicativo (p. 11).

Ora, segundo tal concepção se pode inferir que o ato de ler é um ato complexo; é um processo de intelecção de mundo que envolve texto, contexto e intertexto no plano escrito e escritor-leitor no ambiente interacional.

O texto pressupõe a mediação simbólica presente nos signos linguísticos que fazem com que as palavras assumam corpo e alma própria no ambiente textual em que se inseriram; o contexto permite situar significado e significante no espaço e no tempo, além de contribuir para que se estabeleça coerência transitória ou permanente no texto construído; já o intertexto possibilita que uma rede de conhecimento pré-existente no leitor seja ativada tornando audíveis vozes externas à superfície textual.

Isso significa reforçar a teoria do filósofo Heráclito do “devir” de todas as coisas. Tanto é assim que é possível afirmar que qualquer signo linguístico pode ter seu significado alterado em função dos fatores externos ao texto: o contexto, o conhecimento prévio do leitor que poderá relacionar o signo a diferentes situações vivenciadas, o intertexto proposital referenciado pelo autor ou o não proposital, aquele relacionado pelo leitor no ato da apropriação textual, além é claro de fatores culturais, espaciais ou temporais.

Assim, a escritura de um texto não será um ato unilateral e a leitura também não se constituirá de um ato passivo, pois quem escreve o faz pressupondo o outro, o leitor, num fazer empírico e conjunto da construção da teia textual.

Ocorre, no entanto, que nem sempre tais ligações são conscientes. Não se compra um livro, lê-se uma charge ou reflete-se sobre uma crônica com a intenção precípua de compor também os sentidos. Entretanto as imagens textuais são ativadas pela lembrança de nossas vivências ou ainda trazidas à tona por nossos sentidos que, num reverberar sinestésico, salienta emoções, sabores, cheiros e texturas possíveis de serem revividas a partir da leitura de um texto.

Tais textos tornam-nos então leitores/autores cuja identidade ativa ou passiva perpassa também pelas escolhas culturais, fazendo-nos repetir discursos sobre as quais não se têm nenhum controle consciente.

A leitura hoje pressupõe então um leitor/autor conectado à multiplicidade de sentidos despertados no texto, além de aguçada criticidade capaz de preencher os vazios intencionais deixados pelo autor e aqueles que não foram completamente preenchidos porque não cabia a ele todo o ofício de tecer a trama textual.

Não é possível mais que o leitor se limite à busca das intenções do autor, é premente que ele construa também a significação global do texto

percorrendo as pistas deixadas pelo autor e inserindo outras com seu próprio conhecimento de mundo.

A capacidade de ultrapassar os limites pontuais de um texto e incorporá-lo reflexivamente no seu universo que, num movimento cooperativo, mobiliza também o processo de interação com o outro, torna esse leitor responsável pela coautoria textual. Logo, é possível afirmar que o texto é marcado por sua incompletude e que é no ato da leitura que os sentidos se alinhavam. Sendo assim, o leitor é elemento ativo no processo de construção textual.

É importante salientar que os estudos textuais definem o enunciado como evento único e impossível de ser repetido, sendo sempre inédito a cada reprodução interacional, um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados, cujos limites de cada um como unidade de comunicação discursiva são definidos pela alternância de sujeitos do discurso.

Parece causar espécie o fato de que o sentido de um texto, algo que em princípio se arroga objetivo, esteja sempre em construção, como se estivéssemos em solo movediço, mas os estudos textuais têm avançado a ponto de conscientizar de que esse abalo sísmico textual a que estamos sujeitos sempre ocorreu, hoje estamos apenas sistematizando-o, vemos como Koch enfatiza tal construção:

O lugar mesmo da interação - como já dissemos - é o texto cujo sentido “não está lá”, mas é construído, considerando-se, para tanto, as “sinalizações” textuais dadas pelo autor e os conhecimentos do leitor, que, durante todo o processo de leitura, deve assumir uma atitude “responsiva ativa”. Em outras palavras, espera-se que o leitor, concorde ou não com as ideias do autor, complete-as, adapte-as etc., uma vez que “toda compreensão é preenche de respostas e, de uma forma ou de outra, forçosamente, a produz” (KOCH, 2007, p. 12).

Assim, a leitura de um texto deve ser observada em todas as dimensões, explicitando as inter-relações axiológicas e dialógicas que o constituem e dando a elas uma resposta, já que toda compreensão é necessariamente responsiva.

Bakhtin salienta o ato responsivo e a possibilidade da religação entre cultura e vida, entre consciência cultural e consciência viva. Por isso, segundo ele, em toda ação discursiva vemos a memória ser ativada e, por meio da consciência vida, o leitor/ouvinte reage responsivamente ao discurso a ele dirigido, senão vejamos:

O ato responsável é, precisamente, o ato baseado no reconhecimento desta obrigatória singularidade. É essa afirmação do meu não álibi no existir que

constitui a base da existência sendo tanto dada como sendo também real e forçosamente projetada como algo ainda por ser alcançado. É apenas o não álibi no existir que transforma a possibilidade vazia em ato responsável real. (BAKHTIN, 2010, p. 98).

É interessante notar que o texto possui certa heterogeneidade da linguagem podendo ser formado por elementos implícitos, explícitos ou por ambos. Os discursos se constituem de uma percepção da enunciação, que é o processo de formação de um enunciado, a partir da representação do que se passa no mundo, sendo assim, todo discurso é ainda a constituição de dêiticos textuais de elementos trazidos à tona no ato da escrita e também no ato da leitura.

Fiorin (2008) nos assevera que o texto é lugar de instabilidade das estruturas, se é assim, não há como garantir todas as possibilidades de sentidos nas relações dialógicas entre autor/texto/leitor, vejamos:

O discurso é lugar da instabilidade das estruturas, é onde se criam efeitos de sentido com a infringência ordenada às leis do sistema; (...). A teoria da catástrofe, por exemplo, aparece como uma teoria das instabilidades que, ao pesquisar suas formas, estuda também as condições de estabilidade. Na Linguística, depois do império do quase absoluto do sistema e da competência, aparecem novos objetos ou revitalizam-se antigos: a mudança linguística, a variação linguística, o uso linguístico. Todos esses objetos tiveram de levar em conta a instabilidade.

Logo, compreender como se processa a interação entre o texto, o sujeito e a história é compreender que as palavras não falam por si só e que o sentido não é algo evidente, mas constituído socialmente.

Pêcheux (1990) formulou requisitos para ler, descrever e interpretar o discurso. O primeiro condiciona o autor a descrever os objetos do discurso conforme nos afirma:

Os objetos têm e não têm esta ou aquela propriedade, os acontecimentos têm e não têm lugar, segundo as construções discursivas nas quais se encontram inscritos os enunciados que sustentam esses objetos e acontecimentos. (PÊCHEUX, 1990, p. 52).

O segundo item demonstra que a língua está intrinsecamente exposta ao equívoco. Assim, todo enunciado é suscetível a outro, conforme também afirma Koch (2007)

A terceira questão refere-se à discursividade como estrutura ou como acontecimento. O autor salienta que a concepção estrutural da discursividade não poderá preceder o acontecimento, ou seja, não poderá haver prevalência da estrutura sobre a função sócio-histórica.

Logo, analisar um discurso é tentar agregar o texto ao contexto, à luz de uma teoria, mas buscando sempre um sentido, um entendimento, que nem sempre estará pronto, aliás, sempre estará em fase de construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do ato responsável*. Trad. Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João, 2010.

FIORIN, José Luiz. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, I.G.V. et al. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2. ed. 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Unicamp, 1988.